

3 Características do espaço e da população entrevistada

O município ocupa uma área que abrange pouco mais de 824 km², localizada ao centro de uma região, ao sudoeste do estado de Minas Gerais, muito próxima ao nordeste de São Paulo. Segundo informações da atual equipe em gestão na prefeitura municipal, desde sua formação, São Sebastião do Paraíso demonstrou a forte vocação para a cafeicultura e bovinocultura do leite.

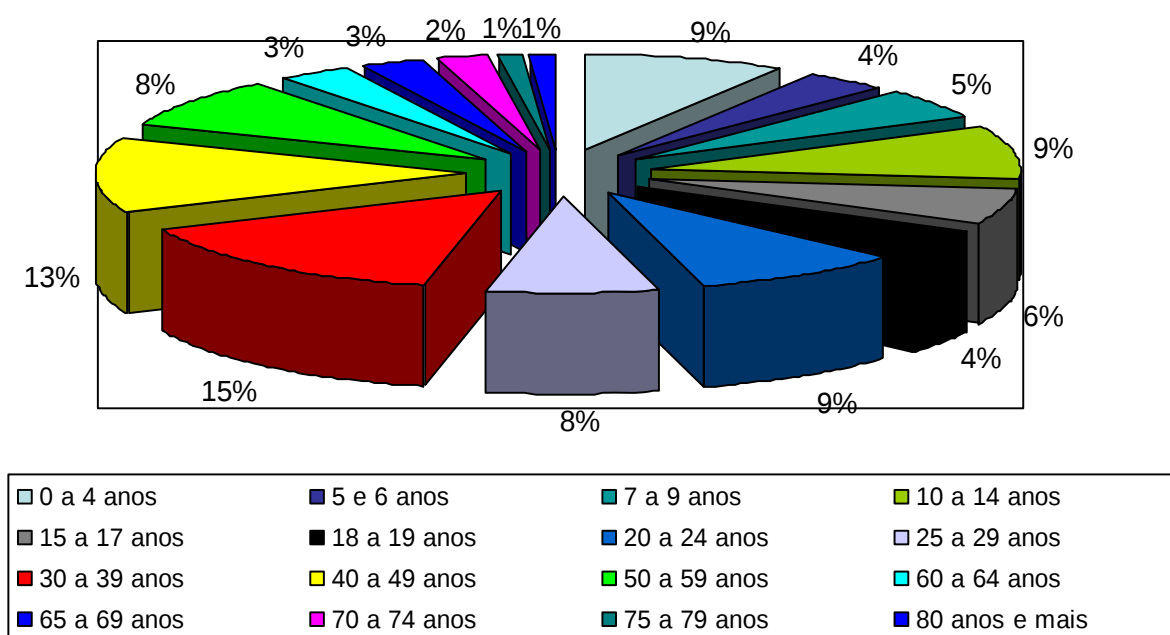
Localizado na região conhecida como “Café com Leite” do estado de Minas Gerais, este espaço pode ser caracterizado, inclusive, por outras atividades agrícolas e não-agrícolas. Durante a década de 1970, observou-se a expansão das atividades cafeeiras, que sofreram uma regressão nos anos 1980, devido às alterações de preços. Foi a partir da década de 1990 que ocorreu a recuperação da renda do café, porém, com má distribuição da riqueza produzida, gerando impactos como, por exemplo, a desorganização dos produtores.

Chegando ao município, o primeiro passo foi utilizar um roteiro, não apenas das questões que seriam levantadas durante o trabalho de campo mas, principalmente, sobre **quem** seriam as pessoas entrevistadas neste estudo. Para tanto, foi necessário retomar os objetivos principais e específicos, de acordo com o projeto da pesquisa. Foi a partir daí que foram levantadas as questões citadas durante as entrevistas e, neste momento ficou claro que deveríamos abordar, inclusive, as instituições que estabeleceram e, ainda atualmente, mantêm relações com as associações rurais: a prefeitura, responsável pela organização inicial e a Emater, órgão do Estado que sempre acompanhou o movimento associativista em Paraíso.

O passo seguinte foi relacionar os primeiros nomes que poderiam contribuir com depoimentos sobre a trajetória das associações. Considerar o depoimento das mulheres, como o caso da única mulher que ocupa a posição de presidência em uma das organizações, assim como daquelas que desenvolvem outras funções e, até mesmo, de mulheres que já não participam mais do movimento. Entender sobre a relação de cada uma delas com o trabalho e o associativismo, assim como identificar a existência de vínculos com as políticas públicas também foi uma preocupação presente durante esta fase do trabalho.

Considerando o censo do ano de 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população está distribuída no município em grupos de faixa etária bastante variada. Estes dados apontam, porém, que o grupo de pessoas acima de sessenta anos não chega a 4%. A população mais jovem está distribuída em uma faixa etária que varia entre vinte e quarenta e nove anos, mais precisamente incluída no grupo que abrange pessoas entre trinta e trinta e nove anos de idade. O gráfico, a seguir, apresenta estas informações divulgadas pelo IBGE, referentes ao censo do ano de 2000:

População Distribuição da população total do município, segundo faixa etária.
–S.Sebastião do Paraíso, 2000.

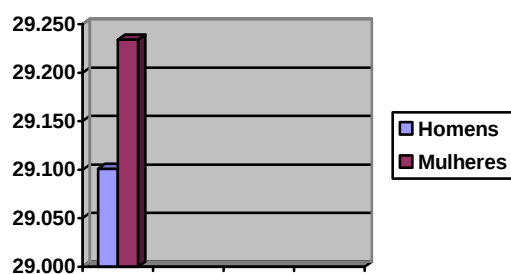


Fonte: IBGE, 2000.

O município pode ser caracterizado por sua população jovem e, a partir da divulgação da prefeitura, a população foi contabilizada em um total de 58.335, onde 29.101 são homens e 29.234 são mulheres. Ainda considerando esta estimativa, do total populacional, 51.962 pessoas estão distribuídas na área urbana da cidade, enquanto que 6.373 encontram-se em domicílios situados na zona rural.

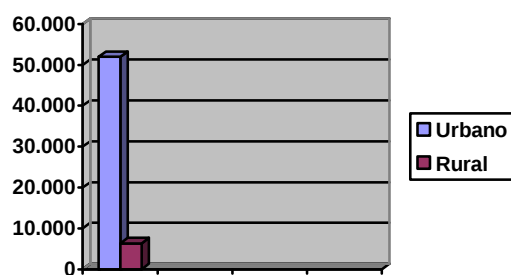
Estes dados que apresentam a distribuição da população podem ser visualizados através dos gráficos, a seguir:

Gráfico 1:
População residente, conforme o sexo.



Fonte: [http://: www.ssparaíso.mg.gov.br](http://www.ssparaíso.mg.gov.br), 2007.

Gráfico 2:
População residente, conforme situação de domicílio.



Fonte: [http://: www.ssparaíso.mg.gov.br](http://www.ssparaíso.mg.gov.br), 2007.

Os dados obtidos durante o trabalho de campo apresentaram, inclusive, números acerca da escolaridade, conforme a faixa etária. Considerando as informações apresentadas pela equipe da prefeitura sobre os percentuais divulgados sobre a taxa de alfabetização, o índice indica que as pessoas alfabetizadas com idades acima de dez anos representam um total de 48.060, onde 44.150 são alfabetizadas, representando uma taxa de 91.9 %, conforme os dados referentes até o ano de 2007.

No quadro, a seguir, a informação divulgada pela prefeitura indica a taxa referente ao número total de pessoas com idade superior a dez anos, que foram alfabetizadas no município, até o ano de 2007:

Quadro nº 1:

População residente com 10 anos ou mais de idade e parcela alfabetizada em taxa representativa

População residente de 10 anos ou mais de idade		
Total	Alfabetizada	Alfabetização(%)
48.060	44.150	91.9

Fonte: <http://www.ssparaíso.mg.gov.br>, 2007.

No que se refere aos dados acerca do perfil do grupo analisado, foi percebido que, com relação ao acesso à educação, quatro mulheres entrevistadas não descreveram obstáculos que impedissem suas atividades escolares. A maioria, porém, apontou para dificuldades que impediram a frequência escolar, remetendo à inserção no trabalho. Foram considerados alguns exemplos, como três casos de mulheres que não puderam estudar devido à inserção no trabalho, ainda na infância. Algumas relataram, inclusive, que este modelo se mantém em suas atuais famílias, em que seus filhos seguem por esta mesma trajetória junto ao trabalho.

Ainda em referência à escolaridade, as mulheres que receberam algum incentivo dos pais, longe de dificuldades que ocasionassem um afastamento escolar, seguiram caminhos diferentes da maioria. Elas puderam, então, optar pelo caminho do trabalho através da educação, estudando e investindo na formação intelectual, inclusive, dos filhos, conforme mostram respostas obtidas em entrevista, onde as mulheres apontavam a ausência dos filhos, matriculados em cursos de ensino superior fora em outros municípios ou estados da região sudeste.

Uma, entre as mulheres entrevistadas, afirma, ainda, que foi por sua vontade e incentivo do pai que decidiu estudar:

“(...)então! Foi opção mesmo! Papai... queriam que elas... elas deviam ter dificuldade porque começou... uma reprovava, outra reprovava... e eu nunca fui reprovada! Então (...) papai incentivava a todos! Elas queriam trabalhar porque queriam ganhar dinheiro! Então com 13 pra 14 anos elas começaram a trabalhar! E eu não! Eu só fui trabalhar (...) Aí eu já com vinte e nove anos. Namorei 10 e... com 29... aí, com 42 eu me aposentei. Fiquei aposentada! Com 42 anos eu me aposentei ... e, assim que papai faleceu, eu tinha aposentado... (...)

Outra entrevistada resolveu seguir a opção de estudar e, mesmo enfrentando algumas dificuldades em sua trajetória, não desistiu de procurar atingir o objetivo que havia traçado:

“(...) isso! Que eu entrei na faculdade em 99, isso daí foi 2000, 2001. Aí eu comecei a dar aula aqui em Paraíso, no supletivo; como eu tinha o magistério, não tinha professor habilitado, né, pra dar aula de 5ª a 8ª no supletivo. Então eu estudava o dia todo e dava aula à noite. Então foi assim, é, uma época, super pesada... mas eu aprendi muito com isso, sabe? Aprendi a me virar (ri), sabe quando cê aprende a lidar com várias situações novas pra mim, mas, mais desafios, né? Aí, dei aula, tudo, chegou um momento... aí se passou 3 anos da minha faculdade , aí chegou um momento que eu não tava agüentando mais aquela vida que eu estudava o dia todo e dava aula à noite! Pesado... muito cansativo! Aí eu peguei e me decidi a mudar pra lá, né, aí até... na época a gente muito apertado, a situação muito difícil, a minha irmã, também, tinha entrado na faculdade nessa época, então meu pai tava

pagando faculdade pra duas!! E... a gente, assim, não tinha como fazer...”.

É interessante considerar que o acesso à educação é, também, um fator que determina clivagens, ou seja, as transformações na agricultura ocorrem a partir do desenvolvimento econômico e, aqueles que têm a oportunidade de aprimorar a formação profissional largam na frente, na corrida em busca por melhorias.

Ainda considerando as características do grupo feminino entrevistado, chegou-se ao perfil de faixa etária: as idades entre elas variavam entre 26 e 77 anos; duas ficaram viúvas, todas as outras estavam casadas ou em relação estável. O grau de escolaridade variou entre a curta frequência escolar e o o terceiro grau, ou seja, uma espécie de semi-alfabetização em alguns casos. Entre as entrevistadas, apenas uma ainda não se casou e nem teve filhos; com relação às demais, foi identificada uma média de 3.2 filhos para cada uma. Participaram, também, deste grupo, três entrevistados, homens, que contribuíram com depoimentos acerca de suas impressões, relacionadas ao trabalho e à participação feminina no campo.

O grupo masculino foi formado a partir das entrevistas realizadas nas instituições vinculadas às associações de produtores rurais. Na Emater, um técnico, funcionário há muitos anos, cedeu uma entrevista, onde narrou sobre a trajetória das associações desde a formação, que se deu com o incentivo político da prefeitura da prefeitura, em atuação na época. Por conta desta organização, foi realizada, também, uma entrevista com três membros da prefeitura citada, no sentido de procurar esclarecer com mais detalhes como se deu este processo, voltado para o surgimento das associações. Dessa maneira, foi possível conhecer sobre o ponto de vista masculino no que se refere à participação feminina no trabalho e no movimento associativista.

A primeira entrevista masculina foi cedida no primeiro dia de trabalho de campo, em uma das cooperativas locais. O funcionário descreveu sobre a realização do chamado “Encontro das Mulheres”, realizado anualmente e com o objetivo de estabelecer um diálogo entre a Cooperativa e as esposas dos produtores rurais. A cooperativa percebeu, através de seus atendimentos, que muitas decisões tomadas pelos produtores eram influenciadas ou até mesmo tomadas pelas esposas. Assim, surgiu a idéia de promover um canal de comunicação entre as esposas, seus maridos e a cooperativa.

O funcionário informou que as mulheres desempenham, atualmente, um papel importante na relação entre os produtores e a cooperativa. Ou seja, percebeu-se que o momento final, de tomada de decisão deles no que se refere à comercialização do produto é, evidentemente, influenciado pela opinião delas, suas esposas. Desta maneira, a cooperativa apostou em um incentivo: oferecer orientação a estas companheiras no sentido de estabelecer uma ação que pudesse promover um canal de comunicação, instaurando um diálogo direto com a mulher, através de um grande encontro.

A organização dos encontros, durante alguns anos consecutivos, teve como objetivo principal transmitir, através de palestras, informações às mulheres, consideradas importantes para seu conhecimento sobre o produto de considerável importância naquela economia: o café. Durante estes eventos, dados acerca da cotação do produto, assim como outras informações relacionadas que, segundo a opinião do organizador, “não eram inteiradas às esposas, pelos homens”, passaram a ser transmitidas, no intuito de orientá-las no momento de compartilhar sua opinião junto ao marido, o produtor rural.

Os encontros, financiados pela cooperativa e realizados anualmente, duravam um dia inteiro, com início, pela manhã, e encerramento no final da tarde. Contavam, inclusive, com alimentação, ginástica e outras informações como, por exemplo, sobre saúde, bem-estar

e promoção da qualidade de vida, conforme fotografias e a programação impressa no convite, distribuído às esposas dos produtores cooperativados (com um exemplar no anexo 1, da pesquisa).

A pesquisa localizou a existência de um caso peculiar, de uma mulher associada a uma das cooperativas, assim como em associação rural, por possuir títulos de propriedades em seu nome. Deve-se ressaltar, porém, que esta dissertação não possui o objetivo de estudar a situação das mulheres cooperativadas. Assim sendo, esta situação não viabilizava, naquele momento, o desenvolvimento de uma análise mais detalhada no que concerne à realidade feminina, neste sentido.

Percebeu-se que o grupo formado apresentou características de heterogeneidade, e que associadas aos depoimentos, onde foram descritas suas trajetórias de vida, tornaram evidentes as diferenças entre elas, ou seja, variações nas condições de vida e de acesso à oportunidades marcam o universo feminino do grupo pesquisado.

A respeito de modos de organização oferecida aos produtores, existem na cidade três cooperativas, além do movimento de associativismo. A Coolapa, direcionada aos produtores de leite e que oferece, inclusive, outros serviços que intermedeiam a produção, tais como zootecnia e medicina veterinária. A Cooparaíso, que está voltada para o atendimento dos produtores de café e atua com sete núcleos, abrangendo trinta e dois municípios. E a terceira cooperativa, que é a Sicoob, trabalhando com a administração de crédito financeiro aos produtores rurais.

Examinando os dados, percebeu-se que o município apresenta mulheres envolvidas com o trabalho. Em sua grande maioria, de acordo com os depoimentos, mesmo em suas casas, é identificado, desde muito cedo, o primeiro envolvimento com o trabalho doméstico, geralmente descrito como ajuda, o que será analisado no item seguinte, deste capítulo.

O desenvolvimento da produção rural é monitorado pela Emater⁶, uma instituição pública, que faz parte do cotidiano do produtor de Paraíso

⁶ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

há muitos anos. Representa o Estado, naquele espaço, atuando no acompanhamento e no desenvolvimento agrícola local. Foi realizada uma entrevista junto a um técnico agrícola que presta serviço há trinta e dois anos, no órgão. Apresentou o levantamento acerca da produção, que é realizado nas propriedades do município. O controle da Emater inclui um mapeamento do município, descrevendo as grandes, médias e pequenas áreas de produção. O mesmo funcionário falou, inclusive, sobre a articulação existente entre a prefeitura e a Emater junto à organização das associações, através das reuniões periódicas que são organizadas entre as instituições.

De acordo com este depoimento, esta parceria é permanente, através do movimento das associações, que permite à Emater continuar executando ações que possam fomentar o crescimento local, um dos objetivos principais, segundo o entrevistado. As áreas de atuação da Emater em Minas Gerais buscam a promoção do desenvolvimento sustentável, conforme podem ser observadas no folder organizado pelo órgão (anexo 2).

O avanço da tecnologia ocasionou um processo de transformações, que vêm ocorrendo no meio rural do município, e vêm provocando uma heterogeneidade na categoria dos produtores rurais. Apesar do termo globalização remeter à homogeneização em muitos contextos, observou-se uma característica inversa, no trabalho rural. São diferenciações que foram reveladas pelos próprios membros das associações e da cooperativa visitada, e que se referem, também, ao nível de conhecimento entre eles, dessa maneira, alguns impactos do desenvolvimento sobre o produtor rural podem ser percebidos. É fácil observar que aqueles que possuem conhecimentos mais específicos, relacionados à gerência, à administração têm melhores condições para competir, com mais organização do que outros desprovidos destes instrumentos.

Este fato ocasiona um efeito de empobrecimento na parcela que passa a conviver com a falta de recursos financeiros. O impacto causado pela pobreza provoca, igualmente, um efeito de depressão e baixa auto-

estima, implicando, muitas vezes, na decisão do produtor em arrendar sua propriedade, por se sentir massacrado com a situação, conforme mostra a afirmação de uma das mulheres entrevistadas.

“O produtor pequeno? (...) eles é que... quebra! Ele tem que procurar uma outra alternativa! (...) tava falando outro dia: “Se você não usar e não aceitar uma orientação, vai ficar pra trás!” E é isso mesmo: se não acompanhar o avanço, é engolido, quebra!”

O desenvolvimento econômico desencadeou novas formas de busca ao lucro financeiro. Na Emater e na prefeitura do município, existe um discurso que envolve o incentivo à agricultura diversificada, ou seja, não se propõe um direcionamento para algum tipo de monocultura. Apesar desta intenção, existe em Paraíso uma discussão acerca da substituição do cultivo de café por cana-de-açúcar. Uma das mulheres entrevistadas comenta sobre o que vem percebendo naquela região:

“(...) ele tentou (...) montou o escritório!! E eles estão montando a usina na (...). Eles querem ver se ela começa a funcionar a partir de setembro. Mas eles já tão arrendando! E, lá perto de nós... meu medo... porque a cana... ela estraga o solo... ela acaba... eles, eles alugam por sete anos! Mas depois, pra você colocar esse terreno, essa terra produtiva novamente ... pelo que eu li e em informei... você vai demorar... mas eles não tão vendo isso não...(...) É...porque ele vai ganhar! Porque ele vai receber por mês ou semestral. E ainda vai ganhar bem! Porque... Só que nós aqui, por exemplo, já (falamos), a hora que começar a queimar cana... nossa!! Vai poluir todinha nossa área aqui! A hora... você vê, você coloca uma roupa no varal em casa, já tá preto, pretinho de queimado! E ela tem que ser queimada! Diz que vai ter o (desenvolvimento), vai ter o produto, que vai ter...() mas até chegar aqui, diz que não vai queimar, porque é contra a lei queimar! Mas queima tudo! E eles precisam ... Então o corte de cana deu emprego! Deu emprego, sim! Pra nós aqui mesmo! (...)”.

As transformações no campo, ocorridas devido às inovações, à modernização da agricultura, geram impactos. O surgimento de fenômenos antes mais frequentes na área urbana, como roubos e aumento de casos de

violência, passou a fazer parte do cotidiano de alguns dos entrevistados, que declararam sentir medo, além da perda de confiança nas relações com outras pessoas da localidade. As mulheres percebem este fenômeno e, entre as entrevistadas, três relatos demonstraram como se sentem. A afirmação de uma delas, com 77 anos de idade e que vive sozinha, atualmente, permite compreender um pouco acerca deste fenômeno, no município:

“(...) aqui!!! Ele falou assim: eu tava ali fora, até recebendo um folheto da (Mãe Rainha), ele veio assim, ele falou assim: “Eu vou aqui entregar a moto e venho aqui benzê ocêis!” Eu falei pré ele: “Num vem com benzenção não, eu num (...) com isso!” e a V. foi embora e eu entrei, só pus o trinco, eu fui lá... o trinco lá, atravessa na... porta... ele saiu pra rua, né? Quando eu pus o trinco, que eu virei, ele já tava aqui!! E pôs eu sentada na cadeira, virada pra porta, com as costas virada pra cá, pôs um terço aqui, outro aqui, uma imagem e pôs o revólver na minha nuca. Ele falou: “não mexe e não fala.” Ele veio aqui no quarto, óia, mas ririvô! Ele levou... o cartão do banco, da... da aposentadoria do A. e o cartão da poupança. Mas lá não tem poupança, eu tirei tudo... esse ele não levou. Ele tinha 150 dentro da bolsinha, ali. Mas não fez nada cumigo, naum...”

Considerando este aspecto, em outro depoimento, fornecido em entrevista, surge uma situação parecida, que reforça a idéia de naturalização da violência no lugar:

“Ela já havia falado sobre sua filha, momentos antes de iniciar a gravação, contando sobre um assalto sofrido dentro de casa, quando a moça (de vinte e poucos anos de idade) estava sozinha. Contou ter sido ‘um alívio’ saber que o ladrão ‘apenas’ roubou, não tendo feito ‘outros tipos’ de violência com ela. Relatou sobre o medo, que se alastra com rapidez, entre todos, na cidade”.

Os efeitos deste fenômeno crescente no município, foram citados por algumas mulheres entrevistadas, revelando alguns impactos, relacionados às transformações que vêm ocorrendo no campo a partir da década de 1990. A chegada e ampliação de novas tecnologias, como

instrumento de viabilização do desenvolvimento econômico traz outras pessoas, de outros lugares, para o município e acaba fomentando novas relações sociais, alterando o cotidiano de um lugar onde, antes, todos se conheciam. Na atualidade de Paraíso, os moradores já não sabem quem é o vizinho e as grades de ferro nas portas e janelas passaram a fazer parte do cenário. Assim sendo, este foi um primeiro fator que serviu para indicar a existência de impactos no município a partir, também, das transformações ocasionadas pelo processo de modernização da agricultura.

3.1

A mulher e o processo de modernização da agricultura

As transformações e mudanças ocorridas no contexto brasileiro, especificamente na agricultura vêm, nos últimos anos, desde a década de 1990, contribuindo para o surgimento de novas configurações do trabalho rural. A implementação de políticas neoliberais, assim como outros fatores proporcionaram, de acordo com Navarro (2002), algumas das alterações observadas nos últimos anos, trazendo impactos no campo brasileiro, em especial nas regiões agrárias mais desenvolvidas. Do ponto de vista tecnológico, o autor identifica uma relação entre produção agrícola e o crescimento demográfico, atrelada a um “(...) padrão de distribuição de renda que, por sua vez, não parece ser passível de alterações expressivas em prazo relativamente curto” (p.272).

Como consequência, o autor (idem, idem) afirma que o ângulo econômico-comercial apresenta, com mais clareza, as transformações mais marcantes: a “(...) *abertura comercial* (...) vem modificando fortemente as regiões produtivas, especialmente no sul do país, afetando em particular os agricultores mais pobres”. Ele aponta as crescentes dificuldades dos agricultores em relação à garantia da manutenção de suas atividades, para dar continuidade ao trabalho, através de suas receitas adquiridas:

“(...) a intensificação das trocas comerciais tem produzido um barateamento geral dos preços dos produtos agrícolas, reduzindo a renda rural e generalizando uma situação crítica nos ambientes produtivos da agricultura do país, o que afeta a dinâmica econômica dos municípios e regiões dependentes das atividades rurais” (2002,272).

Este fenômeno se reflete na realidade de Paraíso e, a partir das “falas” das mulheres envolvidas com as atividades de produção, é possível perceber como se deu o processo de transformação, assim como seus impactos. Uma das entrevistadas, hoje com 52 anos de idade, sempre trabalhou junto com o marido e conta como percebeu a crise, nos anos 1990, antes da formação da associação da qual faz parte.

“Não! Não...as associações, você vê que tem pouco tempo e nós estamos (...)trabalhando tem vinte e oito anos! Mas nós sempre trabalhamos em comunidade! Na realidade, nós trouxemos a fruticultura, com isso, nós espalhamos pra região...(...). Os planos do governo, mesmo, foram... achatando a gente... as indústrias foram caindo... forma aqueles anos difíceis...(.) de 94... por aí... 95... É... foi por aí... Na década de noventa! Então, na década de 90 as dificuldades se acirraram bastante! Elas vieram, assim, apertando, apertando, e... e... até hoje... a gente não conseguiu recuperar tudo aquilo não!”

É relevante acrescentar, ainda, que para o autor (idem, idem), “(...) a partir de 1994, com a implantação do Plano Real, que sobrevalorizou o câmbio (...), também os setores agroexportadores foram ainda mais penalizados por esta dificuldade adicional”.

É, sobretudo, a partir dos anos 1990 que o setor rural brasileiro começa a enfrentar um processo de empobrecimento generalizado em todas as suas regiões territoriais. Navarro (idem) afirma que “(...) entre a adoção do Plano Real e o final de 2000, por exemplo, enquanto a elevação inflacionária atingiu 94%, em todo o período, os preços agrícolas subiram apenas 45%, o que está na raiz da queda da renda rural ao longo desses anos” (p.272). Neste sentido, analisando os impactos destas medidas do governo, uma produtora explica como a crise se configurou, em sua área:

“(...) aí, as indústrias começaram a fechar as portas porque não era... como esses planos... abriram...eles começaram a cortar o que era... hã, não era de primeira necessidade! Então, eles começaram a cortar quantidade, e a gente tinha uma produção muito grande... que a gente trabalhou em cima disso, então, (...) . Ainda somos os maiores produtores, mas ela era muito maior! E... quando as indústrias começaram a fechar as portas, a gente, começou a sobra de produto, de matéria-prima e não ter pra quem vender... E aí... foi onde começou...”

O autor (idem) cita, inclusive, um segundo aspecto acerca da nova estrutura do trabalho rural, que “(...) refere-se à aparente ampliação das possibilidades de ocupação em áreas rurais, mas em atividades não-agrícolas, cujo crescimento tem sido expressivo nos anos recentes”. E acrescenta, inclusive, que:

“(...) o meio rural brasileiro deixou de ser principalmente agrícola e nem mais o comportamento do mercado de trabalho rural está exclusivamente associado ao calendário das atividades agrícolas, pois se desenvolve crescentemente um conjunto de atividades não-agrícolas que parece determinar, cada vez mais, a dinâmica das ocupações em áreas rurais do país” (2002,273).

Desta maneira é possível perceber a necessidade que surge de buscar alternativas no enfrentamento das dificuldades impostas pela nova realidade, caracterizada em seu movimento de constante transformação. Depois da iniciativa pública organizar as associações rurais, os produtores de Paraíso passaram a integrar uma categoria que pode ser caracterizada, hoje, por sua heterogeneidade⁷. A organização dos produtores rurais nas associações se deu, portanto, através de um movimento vertical, que partiu de cima para baixo, ou seja, da esfera de gestão política em direção aos produtores e , não, de maneira horizontal, entre os participantes de uma organização popular.

⁷ Conforme já identificado, em 2006, no projeto de pesquisa “Transformações na agropecuária e suas repercussões: identidades e modos de vida dos produtores rurais de São Sebastião do Paraíso” pela professora doutora Sebastiana Rodrigues de Brito.

Ao longo do tempo, desde sua fundação, por volta de 2001, aos dias atuais, as associações vieram, sempre, buscando reverter os impactos ocasionados pelas transformações ocorridas, inicialmente identificadas no período dos anos 1990. Assim, a persistência do produtor passava a contar com um apoio:

Os movimentos sociais serviram como objeto de estudo de alguns autores, que desenvolveram análises considerando a participação popular. Cardoso (1994, 81-90) lança um olhar histórico sobre a trajetória dos movimentos sociais e, a partir desta constatação, compreende o surgimento destas organizações dividido em fases, onde a primeira se iniciava nos anos 1970. De acordo com a autora (1994,82),

“Na primeira fase, os trabalhos todos enfatizavam muito o espontaneísmo dos movimentos, o fato de serem uma quebra dentro do sistema político, de surgirem como alguma coisa nova que, de certa maneira iria substituir os instrumentos de participação até então disponíveis como partidos, associações e outros”.

As idéias básicas que contribuíram para a formulação do conceito de movimento social, dentro da literatura das Ciências Sociais, podem ser citadas a partir deste espontaneísmo, associado à idéia de autonomia, que promoviam, com força, a possibilidade de mudança na esfera da política daquela época. Cardoso (idem, idem) aponta que:

“(...) a grande contribuição dos movimentos sociais seria trazer uma mudança na cultura política. (...). Mudança que vinha exatamente do fato de a autonomia dos movimentos quebrar com as relações clientelísticas, com o modo de atuação do sistema político tradicional. Como a participação representava essa mudança, ela era, quase fazendo um chavão, uma participação anti-Estado, antipartido, anti-sistema político em geral, sendo o Estado visto como um inimigo”.

A análise histórico-política apresentada evidencia que a autora considera a importância dos movimentos sociais, em representar um canal de comunicação entre a sociedade e o Estado, no qual a participação popular passa a ser fundamental na luta política e, conseqüentemente, na

conquista de direitos e benefícios. Evidencia, porém, que a participação, naquele contexto, representava um enfrentamento ao braço do Estado, uma oposição que se posicionava para combater o adversário político.

Seguindo a ordem dessa idéia, Cardoso cita, inclusive, características do movimento das mulheres que acontecia neste mesmo cenário e que, segundo ela, foi mais voltado para outra luta, enfrentada nos lares. Assim, segundo suas palavras (idem, 86),

“O movimento das mulheres estava, pelo menos nos anos 70, tentando muito lutar dentro da mudança da cultura, enfatizando o antimachismo, a questão do cotidiano. ‘O privado é político’: estas eram as palavras de ordem, voltadas claramente para a luta cotidiana interna, dentro de casa. (...) Então, se o caso de uma mulher que foi assassinada está sendo julgado e se o processo está sendo pervertido por meio de uma série de recursos, recursos que reconhecidamente valorizam o machismo, o movimento feminista tem que estar presente, interferir, propor mudanças, etc”.

É necessário trazer à tona, nesta discussão, a relação existente entre os movimentos sociais, a participação e a noção de cidadania e democracia. A partir desta lógica, é possível compreender a relação entre os direitos e a necessidade de organização e participação dos cidadãos no sentido de legitimar a conquista de garantias que possam promover a transformação da sociedade com igualdade e justiça. Desta maneira, foi esta relação que tornou possível aos movimentos populares viabilizar negociações, através de espaços públicos criados para a expressão da opinião pública, pela troca de idéias. Nesta perspectiva, Telles (1994, 99) afirma que

“No terreno das lutas populares e das reivindicações urbanas, é também uma nova contratualidade que se enuncia em uma legalidade emergente construída nas formas negociadas de arbitragem de conflitos, nas quais se processa, ali onde havia antes o jogo bruto da força, uma jurisprudência informal que opera com critérios de justiça substantiva, reinterpreta princípios da lei e cria novos direitos, com o que o próprio sentido da lei se redefine com referência pública de legitimação de demandas diversas e generalização da consciência de direitos; nas relações que os

movimentos organizados passaram a estabelecer com o Estado, deslocando práticas tradicionais de mandonismo, clientelismo e assistencialismo em formas de gestão que se abrem à participação popular e a formas de negociação em que demandas e reivindicações estabelecem a pauta de prioridades e relevância na distribuição dos recursos públicos, bem como a ordem das responsabilidades dos atores envolvidos; (...) finalmente, nos inúmeros fóruns que vêm se multiplicando dos últimos anos, nos quais questões tão diversas como habitação, saúde, meio ambiente e direitos humanos se apresentam como questões a serem levadas em conta na gestão da coisa pública”.

Sobre os movimentos sociais e a cidadania, Dagnino (1994,104) faz sua leitura, em que relaciona estas organizações vinculadas diretamente à conquista do que ela vê como surgimento de uma nova cidadania:

“Acho que há duas dimensões que presidem a emergência dessa nova noção de cidadania e que devem ser lembradas para marcar o seu terreno próprio. Em primeiro lugar, o fato de ela que deriva e, portanto, está intrinsecamente ligada à experiência concreta dos movimentos sociais, tanto os de tipo urbano – e aqui é interessante anotar como cidadania se entrelaça com o acesso à cidade – quanto os movimentos de mulheres, negros, homossexuais, ecológicos, etc. Na organização desses movimentos sociais, a luta por direitos – tanto o direito à igualdade como o direito à diferença – constituiu a base fundamental para a emergência de uma nova noção de cidadania”.

Com base nesta idéia, Dagnino (1994,104) acrescenta mais dois pontos importantes em sua análise: “ (...) a nova noção de cidadania expressa o novo estatuto teórico e político que assumiu a questão da democracia em todo o mundo, especialmente a partir da crise do socialismo real”. E complementa, afirmando que:

“Como consequência dessas duas dimensões, eu destacaria um terceiro elemento que considero fundamental nessa noção de cidadania: o fato de que ela organiza uma estratégia de construção democrática, de transformação social, que afirma um nexo constitutivo entre as dimensões da cultura e da política”.

A partir desta leitura, torna-se possível considerar a cidadania como estratégia política, ou seja, esta autora (1994) indica que é necessário ressaltar seu caráter de construção histórica, definida por movimentos de luta social por transformação, concluindo que o conteúdo de cidadania

será, sempre, definido pela luta política. A participação da mulher, nestes espaços, torna-se, portanto, um ponto relevante, presente nos movimentos sociais e é analisada neste estudo, que envolve as associações rurais de Paraíso.

Muitos autores vêm contribuindo com diversas análises sobre a formação de associações, que podem representar, inclusive, um caminho para novos tipos de organização popular. Segundo Rios e Carvalho (2007)⁸:

“As associações, enquanto organizações coletivas com fins produtivos ou de inserção no mercado, poderiam ser consideradas como um estágio embrionário de uma cooperativa, e mais, um estágio de formação e de “constituição celular” um tanto mais saudável e sólido que possivelmente gerará uma organização fortalecida. Essa perspectiva do embrionário, do crescimento gradativo, apesar de inicialmente frágil, débil e elementar, poderia vir a constituir uma base sustentadora sólida de uma organização complexa e autônoma”.

Sobre esta constatação, os autores (2007) esclarecem o porquê de sua afirmação:

“Pode-se dizer que a associação voltada para o segmento de produção é um estágio embrionário de uma cooperativa, por partir de pressupostos comuns – a cooperação – e conseqüentemente com objetivos fins também partilhados – melhoria das condições de vida do homem através da valorização do trabalho em detrimento do capital – a diferença é a atuação mais complexa da cooperativa em relação à associação, tanto no que tange a questões jurídicas, quanto aos aspectos de processos administrativos/ industriais e mercadológicos”.

Os dados quantitativos apontam que entre as nove mulheres entrevistadas, duas participam de associações, outras duas já foram vinculadas e, atualmente, estão desligadas, enquanto o restante não

⁸ Gilvando Sá Leitão Rios (Doutor em Sociologia, Professor da UFRPE) e Daniela Moreira de Carvalho (Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural, Professora da Unidade Acadêmica de Garanhuns, UFRPE).

participa ou desconhece a organização das associações. Entre as duas mulheres inseridas em associações, uma delas exerce o papel de presidente e a outra executa cargo de secretária. De acordo com sua entrevista, a função da secretária na associação consiste em estabelecer um canal de comunicação entre os participantes, o presidente e as instituições envolvidas, tais como prefeitura e Emater. Através deste canal, concretizado em reuniões periódicas, ela documenta e registra toda a discussão, além de participar, inclusive, contribuindo com sugestões por melhorias, tanto no processo de organização quanto nas atividades do associativismo.

É interessante citar sobre a liderança feminina a presença de uma, entre as nove associações existentes. Esta experiência foi citada por quase todos os entrevistados como uma referência positiva. Ocorre, porém, que nas demais, apesar de se perceber a existência da atuação feminina, ela se caracteriza por um número reduzido.

“ (...) algumas mulheres. Algumas. Algumas são, ainda, conservadoras (...). Conservadoras, assim... aquela esposa mais recatada, sabe? Que segue o marido de longe...ela até fala pra ele! E ele atende! Mas, daí ela assumir isso em público, sabe? É outra coisa....(...).E tem aquela outra, também, que não tem idéia de nada! (sorri) A preocupação dela é trocar a cor do carro e do cabelo (sorri). Participar ativamente são poucas, são poucas. (...)”

Sobre o número aproximado desta participação, nas associações, uma das entrevistadas completa sua observação, confirmando o que já havia declarado :

“Vai até chorar![sorri]. Não, não tenho como contar (...), não sei, não. Mas, mulheres, eu acho... que elas não são companheiras, não são, não ficam... porque eu acho... se você não acompanha o marido, não acompanha o negócio, a vida, você não sabe o que acontece. E... mesmo se você não trabalha na lavoura, mas você pode ajudá-lo, assim, vamos supor, numa palestra que fala isso: “Ó, o cara falou isso... que precisa fazer isso”. Porque, hoje, há muita mudança! Você não pode ficar parada!”.

As dificuldades enfrentadas pelo movimento das associações são citadas durante as entrevistas e as mulheres apresentam, inclusive, opinião sobre como enfrentar o problema.

“Eu acredito que seja tudo o fator político, porque uma depende mais do econômico, a outra depende do social, a outra depende de cultura... então, não é uma coisa assim... o que você falou é realmente verdade! É a realidade! É a realidade! Uma tem facilidade em unir, outra tem dificuldade pra unir... então, isso tudo engloba o quê? O fator político! Se, de repente, eu tenho um representante que possa me auxiliar, no quê? Na educação! A dificuldade de tal associação é a educação? Vamos colocar escola pra adultos, curso de informática, vamo, vamo conquistar! Esse pessoal... então, a outra, é o econômico? Vamo ver que... qual o potencial, porque lá, a cada ano, eu faço um quadro de valores da nossa comunidade, e prioridade, né, e o quê que nós podemos fazer. Então é analisado, os outros poderia ser assim...”

O depoimento, seguinte, revela estratégias encontradas para promover a participação:

“ É que tem muito mais homem, mesmo. Mas vai mudando (...). Tem que se dar um jeito pra trazer o povo pra dentro! (...) e outra coisa: nós temos os colchonete, no salão pra levar as criança, enquanto as mãe tá assistindo a reunião! As criança tão dormindo... tá entendendo? (...)”

É evidente que a participação popular se faz necessária no processo de condução dos movimentos sociais. É importante ressaltar, contudo, que a organização deve ocorrer seguindo os objetivos delimitados de maneira democrática, assim como a valorização da busca pela transformação positiva da realidade. Nesta perspectiva, é interessante considerar a análise de Jacobi (2000, 34), ao afirmar que:

“A consolidação de propostas participativas representa a potencialização e a ampliação de práticas comunitárias através de um conjunto de mecanismos institucionais que reconheçam direitos efetivamente exequíveis e estimulem estratégias de envolvimento e co-responsabilização. Nesse sentido, um dos maiores desafios é a garantir a definição de critérios de representação de forma a impedir a sua manipulação, tanto por grupos voltados para interesses particulares quanto pela administração pública”.

A existência de um vínculo envolvendo as associações rurais, a prefeitura e a Emater implica justamente no aspecto citado pela afirmação deste autor. Assim, a participação popular, a representação das associações através das lideranças se tornam fundamentais para que os interesses da coletividade sejam atendidos em benefício da própria população. O trabalho é a categoria que move o movimento associativista, uma vez que a organização envolve justamente os trabalhadores, os produtores rurais.

Desta maneira, cabe considerar a necessidade de direcionar este debate aos aspectos que possam evidenciar –ou não- a existência de algum estímulo à participação feminina, neste contexto. Neste caso, especificamente, identificar se existe e de onde parte o incentivo à participação feminina no trabalho. É justamente o envolvimento com o trabalho que vai contribuir com a necessidade da mulher participar –ou não- das associações rurais.